

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 157

Data: 07.04.84

Pg.: _____

Índio ameaça massacre e põe culpa na Funai

O sobrinho do cacique Raoni, Megaron, advertiu ontem que, se a Polícia Federal tentar resgatar, à força, a balsa apreendida pelos índios Txucarramãe, de propriedade do Departamento de Estradas e Rodagem de Mato Grosso (Deramat), ele mesmo comandará o massacre contra os brancos e que o responsável será o presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima.

A notícia foi divulgada ontem pela Funai, que recebeu uma carta de Megaron. Ele deixou a cidade de São José do Banguê-Banguê e retornou à aldeia Kretire, situada ao norte do Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, para se

juntar a cerca de 200 guerreiros ali concentrados.

Os índios Txucarramãe não cedem, desde o último dia 23, em sua reivindicação de se incorporar uma área de 15 quilômetros ao Parque. Essa área, que no passado era território indígena, foi titulada pelo Incra e hoje abriga 80 propriedades. A princípio, os índios pediram a presença do presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, para negociar uma solução. Não foram atendidos. Agora eles só admitem reiniciar qualquer tipo de negociação quando a Funai estiver sob outra direção. Exigem a demissão de Ferreira Lima.

Mulher de refém faz apelo

Desde o último dia 24 de março sem ter qualquer contato com seu marido, o antropólogo e diretor do Parque Indígena do Xingu, Cláudio Romero, Maria Helena Romero responsabilizou ontem a Fundação Nacional do Índio por qualquer coisa que possa acontecer a ele e mais oito pessoas (entre elas seis crianças), que foram tomadas como reféns pelos índios Txucarramãe, na aldeia Kretire, no norte do Parque Xingu, em Mato Grosso.

"A Funai — acusou ela — não está resolvendo nada e os índios podem tomar uma atitude mais agressiva. Eles têm outra cultura. Acredito que os índios estão dispostos a chegar às últimas consequências. E estas últimas consequências a gente não sabe quais serão. Sabemos que eles não têm nada contra os funcionários, mas de repente podem querer matá-los".

Temeendo pela vida de seu marido e das outras pessoas, Maria Helena Romero lançou um apelo a toda população e ao ministro do Interior, Mário Andreazza, para que seja encontrada uma solução ao impasse que já dura 15 dias. Segundo ela, a reivindicação dos Txucarramãe "é mais do que justa. A única solução seria a ida do ministro (Andreazza), mas com uma proposta concreta".

"O que me causa indignação — lamentou — é o Otávio (Ferreira Lima, presidente da Funai) ter dito que só mandaria o negociador se tivesse certeza que não havia risco de vida. Ele esqueceu os demais funcionários que lá estão como reféns. Acho um ab-

surdo o presidente dizer isto, porque, pela história desses índios, está provado que eles continuarão a reivindicar a terra".

A mulher do antropólogo criticou ainda o fato da Funai ter suspenso o fornecimento de combustível para a aldeia Kretire, como medida punitiva, visando intimidar os índios.

"Cortar combustível é uma tática que a Funai já usou com outros índios e funcionou. Mas com os Kaiapó (grupo a que pertence os Txucarramãe) esta tática não funciona. Eles são guerreiros", advertiu.

Maria Helena desmentiu ainda notícias de que seu marido havia comprado Cr\$ 9,6 milhões de munições para os índios Txucarramãe, no único armazém de São José do Banguê-Banguê.

"Jerônimo (proprietário do armazém) — contou — não vende munição. Isso é querer desviar o assunto". Explicou que a dívida é referente à aquisição de mantimentos, acumulada há vários meses, e que não foi paga pela Funai.

Segundo ela, o conflito no Xingu começou quando os índios ficaram sabendo, através dos fazendeiros, que não receberiam mais a terra reivindicada. Isso porque, à revelia das lideranças indígenas, o presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, havia realizado uma reunião a portas fechadas com os fazendeiros. No dia 20 de março estava marcada uma reunião entre índios, diretores da Funai e os fazendeiros. Este encontro não aconteceu. E no dia 23 eclodiu o conflito, para o qual até o momento a Funai não tem qualquer solução.

Ministro estuda nova lei agrária

João Pessoa — O ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, disse ontem que, num prazo máximo de dois meses, terá à sua disposição novos mecanismos legais para o julgamento de questões envolvendo o uso e posse da terra. A criação de uma Justiça especial "para conferir velocidade e custos compatíveis com as tensões sociais surgidas sobre a terra", foi uma das principais reivindicações dos participantes do I Encontro Nacional do Sistema Fundiário, desenvolvido durante três dias em João

Pessoa, e encerrado ontem à noite por Venturini.

Disse o Ministro, momentos antes de retornar a Brasília, que a questão vem sendo analisada por uma comissão de agraristas e constitucionalistas, por quem é assessorado, e que, "dentro de um ou dois meses", terá para exame a estrutura da nova Lei.

O encontro reuniu, no salão de convenções do Hotel Tambau, dirigentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e de organismos fundiários de todos os Estados brasileiros.